

As ações de ATER na implementação do PNAE em Rio Novo do Sul

Autor (es): Suely Ferreira da Cruz, Thiago Rodrigo de Paula Assis
Entidade Filiada a FASER: Associação dos Servidores do Incaper

Grupo: I

**Tese: OS RESULTADOS DA ATER PÚBLICA, NA ERRADICAÇÃO DA POBREZA, NA
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO CAMPO E NA SUSTENTABILIDADE
ALIMENTAR DAS CIDADES.**

Introdução

Diante das críticas e da dificuldade de recursos que a ATER tem sofrido nos últimos anos, há diversas experiências mostrando a importância desse trabalho para a agricultura familiar, seja na orientação de técnica de atividades pontuais, seja na execução de políticas públicas com abrangência nacional, como é o caso do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Neste aspecto, este trabalho vem demonstrar o caso do grupo informal de Rio Novo do Sul, que teve a articulação do órgão de ATER local, que auxiliou em todas as etapas do processo. A metodologia utilizada foi à qualitativa com uso de análise documental, entrevistas com grupo focal e individuais com 11 pessoas. Os dados analisados se refere ao período entre 2016 e início de 2017.

Objetivo

Relatar a importância de a ATER na implementação do PNAE em Rio Novo do Sul.

Desenvolvimento

A atuação da ATER na articulação do PNAE em Rio Novo do Sul

Rio Novo do Sul é um município que possui 11.325 mil habitantes segundo o censo do IBGE de 2010. De acordo com a secretaria municipal de educação, em 2016, o município contava com 9 (nove) escolas municipais com 1.509 alunos e 2 (duas) escolas estaduais com 1054 alunos (Censo Escolar,

**Congresso Nacional dos Trabalhadores/as da Assistência Técnica
Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil
EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA**



2015). No ano de 2016 o recurso repassado pelo FNDE para as escolas do município foi de R\$ 151.840. Desse total R\$ 85.072,15, que corresponde a 56% foi destinado ao pagamento dos produtos dos agricultores familiares.

A partir de 2014, os valores foram superiores aos primeiros anos do PNAE no município, ultrapassando a exigência legal, que é a compra mínima de 30% dos produtos da agricultura familiar (TABELA 2).

Tabela 2- Recursos do PNAE em Rio Novo do Sul - ES.

Ano	Recurso FNDE	Aquisição Familiar	A. %
2011	87.060,00	10.227,47	11,75
2012	108.144,00	3.666,62	3,39
2013	131.140,00	8.713,90	6,64
2014	130.980,00	52.926,80	40,41
2015	153.956,00	102.353,85	66,48
2016	151.840,00	85.072,15	56,00

Elaboração: A autora

Fonte: FNDE (2017), Prefeitura Municipal (2017).

A comercialização do PNAE no município é feita por um grupo informal, que no ano de 2016 contava com 16 agricultores familiares. O grupo informal é uma das formas que os agricultores familiares possuem para participar do PNAE, ou seja, vender sua produção. São detentores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

O grupo começou a se organizar em 2010, através de reuniões promovidas pelo Escritório Local de Desenvolvimento Rural do Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER, no município, mas somente em 2013 apresentou seu projeto de venda à prefeitura municipal, que através da secretaria de educação, é a entidade executora do PNAE no município.

As primeiras discussões aconteceram diretamente com a Secretária Municipal de Agricultura e com a Secretária Municipal de Educação (secretária

e a nutricionista). Neste momento, o INCAPER apresentava as formas legais e as experiências concretas em execução nos municípios vizinhos, entre eles, o município de Iconha, o qual o servidor já havia trabalhado recentemente.

Segundo o servidor, ocorreu resistência por parte da entidade executora do município, devido à dificuldade das merendeiras em preparar os alimentos dos agricultores familiares e da não aceitação de determinados produtos pelas crianças, como por exemplo, a troca da batata inglesa pelo inhame. Neste momento um levantamento de produção foi elaborado com os agricultores interessados em fornecer os produtos, mas com pouco interesse da secretaria de educação municipal.

Durante este processo ocorreu a regularização das associações rurais, mas as vendas ainda ocorrem através do grupo informal, pois não há interesse dos representantes das organizações em mobilizar as vendas. A maioria delas limita-se apenas à comunidade em que está inserida, possuem poucos associados e são pequenas. Elas continuariam na dependência do órgão de ATER no município, que já orientam esse trabalho.

Outro ponto limitante é a quantidade baixa de produtos que poderiam ser ofertados. Dessa forma, não teriam condições de concorrer ao edital isoladamente e de elaborar os projetos de vendas. Além da falta de pessoas para realizar as questões administrativas e burocráticas, que ficaria na responsabilidade da organização.

Quando surge um interessado, ele é incluído junto com os demais que entregavam nos anos anteriores. E na maioria das vezes entrega produtos que ainda não foram ofertados. Há uma descentralização na compra dos produtos no município, não limita a apenas uma determinada associação, ou seja, o grupo informal tem pessoas de várias associações rurais.

Conforme a entrevista com os agricultores familiares que participam do grupo informal, o conhecimento do PNAE no município ocorreu devido ao trabalho de articulação e reuniões iniciado pelos técnicos do INCAPER local, juntamente com a secretaria municipal de educação e a nutricionista, conforme

Congresso Nacional dos Trabalhadores/as da Assistência Técnica Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA



relata um agricultor: “através do INCAPER que nós passamos a entrar nesse programa (Agricultor A)”.

A mobilização para o PNAE no município ocorreu em outros espaços, como em cursos e treinamentos promovidos pelo INCAPER nas comunidades rurais, em que se abordou a importância da política na comercialização dos produtos da agricultura familiar.

A maioria dos agricultores teve conhecimento da política através do INCAPER. Um jovem agricultor, que participa do PNAE atualmente, ressalta a importância da política de comercialização,

A minha família começou no programa desde quando começou em Rio Novo por EXTENSIONISTA DO INCAPER teve lá em casa, fez o convite e assim, foi uma porta de comercialização muito importante e está sendo até hoje, a gente começou com pouca coisa. (Agricultor A - Jovem).

A partir da articulação do PNAE ocorreu maior aproximação entre o órgão de Assistência Técnica e Extensão Rural do município com os agricultores do Grupo Informal. Com isso, participaram de projetos como o Reflorestar, visitas técnicas, cursos, trabalhos de recuperação de nascentes e assessoria para novos financiamentos do Pronaf para investimentos e custeios. E dessa forma, aumentaram os atendimentos e visitas nas suas propriedades.

Os agricultores que produzem polpa de frutas contaram com o INCAPER local para que conseguissem construir a agroindústria e acessar os recursos do Pronaf. Todos os projetos foram elaborados e assistidos pelos técnicos que trabalham em Rio Novo do Sul.

Os agricultores relataram na entrevista que começaram a obter informações e orientações de outros assuntos relacionados à agricultura familiar após o PNAE, que até então eram desconhecidos. Destacam-se as ações focadas no fortalecimento das associações rurais em algumas comunidades: “passei, a saber, coisa que nunca sabia” (Agricultora B).

Congresso Nacional dos Trabalhadores/as da Assistência Técnica Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA

Em 2015 aconteceram várias reuniões e visitas a outros municípios que estavam regularizados para conhecer e implantar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) em Rio Novo do Sul. A lei do SIM foi aprovada em 2016 e envolveu os técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura, os técnicos do INCAPER local, vereadores e agricultores familiares. As reuniões sempre aconteceram no escritório local do INCAPER, mobilizador da ação no município.

O PNAE é um programa complexo que envolve diversos atores sociais (secretaria de educação, secretaria de agricultura, órgão de ATER, agricultores familiares, associações, cooperativas, entre outras) que devem trabalhar em conjunto para que a política aconteça (SILVA; AMORIM; DIAS, 2015; TRICHES; SCHNEIDER, 2010; VILLAR et al., 2013), contribuindo para o fortalecimento da política e do desenvolvimento sustentável local (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Além deste estudo no Espírito Santo, Assis et al (2016), relatam em trabalho com mercados institucionais em 03 municípios de Minas Gerais, que a mobilização feita pelos órgãos de extensão rural e de representantes dos agricultores familiares são importantes para a expansão do PNAE, pois muitas vezes os agricultores desconhecem o programa e, os que conhecem, possuem dificuldade de entender os processos legais que possibilita sua participação.

Percebe-se que em cidades menores como Rio Novo do Sul não há necessidade de organizações formais com intuito apenas de comercialização no PNAE, os grupos informais com o apoio dos serviços de ATER conseguem se inserir na política. Nos grupos formais há uma série de procedimentos administrativos que devem ser seguidos, o que geram custos na manutenção dessas organizações, enquanto os grupos informais isso não acontecem.

Outro ponto verificado foi que o PNAE desencadeou uma série de outras atividades de ATER. Percebe-se que a ATER é o principal elo para implementação de políticas públicas, que visa o fortalecimento da agricultura familiar, mas ainda é preciso que os organismos político reconheçam e

**Congresso Nacional dos Trabalhadores/as da Assistência Técnica
Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil
EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA**

valorizem esses serviços e profissionais da área, pois atualmente há uma precarização desses serviços, acarretando prejuízos às políticas públicas e aos seus beneficiários, neste caso o agricultor familiar, diminuindo a ocupação e renda, e dificultando o desenvolvimento sustentável nos espaços rurais.

Bibliografia

ASSIS.T. R. P. et al. Mercados Institucionais e Agricultura Familiar: o Programa Nacional de Alimentação Escolar em 3 municípios de Minas Gerais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 54, 2016, Maceió. Anais... Maceió: 2016.

TRICHES, M, R. SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. Saúde Soc. São Paulo, v.19, n.4, p.933-945, 2010.

VILLAR, B, S. et al. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Epidemiol, v.16, n.1, p. 223-6, 2013.

SILVA, M.G; DIAS, M.M; AMORIM JUNIOR, P.C.G. Mudanças Organizacionais em Empreendimentos de Agricultura Familiar a partir do Acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. RESR, Piracicaba - SP, v. 53, nº 2, p. 289-304, abr. - jun. 2015.